

## JUDICIÁRIO

# Venda de sentenças na mira

Desembargadores foram afastados do TJMT por suspeita de envolvimento em vendas de decisões judiciais. Nova fase da operação da Polícia Federal investiga o crime de lavagem de dinheiro decorrente de um suposto esquema criminoso

» RENATO SOUZA  
» ALINE GOUVEIA

Antonio Augusto/SCO/STF



O caso está sob responsabilidade do ministro Cristiano Zanin. Ele rejeitou um pedido da PF para prender preventivamente um desembargador

A Polícia Federal deflagrou, ontem, a segunda fase da Operação Sisamnes, com o objetivo de investigar o crime de lavagem de dinheiro decorrente de um suposto esquema de venda de decisões judiciais em Mato Grosso. Segundo as investigações, foram detectadas sucessivas operações imobiliárias suspeitas promovidas pelos investigados, com o propósito de dissimular a origem ilícita do dinheiro.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão, além da determinação do afastamento das funções públicas de servidores do Poder Judiciário, proibição de contato e saída do país, recolhimento de passaportes e o bloqueio de R\$ 1,8 milhão dos investigados, incluindo no endereço de Alice Terezinha Artuso, que estaria ligada ao desembargador João Ferreira, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), investigado no caso.

As ações foram autorizadas pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF). A PF pediu à Corte a prisão do desembargador João Ferreira Filho para preservar as investigações, mas a solicitação foi negada pelo magistrado.

“O ministro autorizou busca e apreensão na residência de Alice Terezinha, com a apreensão de celulares, tablets, computadores e outros dispositivos para obtenção de provas. Foi determinada ainda a quebra de sigilo telemático dos aparelhos celulares”, informou o Supremo, por meio de nota.

A PF também cumpriu um mandado contra a esposa de João Ferreira, Maria de Lourdes Guimarães Filha. As duas foram proibidas de acessar ou ingressar no prédio do TJ-MT e nos sistemas da Justiça estadual. Elas foram obrigadas a entregar os passaportes e estão proibidas de deixar o país.

## Investigação

A primeira fase da Operação Sisamnes foi realizada em 26 de novembro, quando foram cumpridos 23 mandados de busca e apreensão em Mato Grosso, Pernambuco e no Distrito Federal, além de um mandado de prisão preventiva. As investigações revelaram a possível existência de um possível esquema para a venda de sentenças judiciais, que

envolve advogados, lobistas, empresários, assessores, chefes de gabinete e juízes.

A investigação também envolve outros magistrados do Tribunal de Justiça do Mato Grosso e até servidores do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O esquema foi revelado após a morte do advogado Roberto Zampieri, que foi assassinado com dez tiros dentro do próprio carro.

Durante a investigação do

homicídio, a polícia apreendeu celulares e quebrou o sigilo telefônico e telemático dos suspeitos. As investigações apontam que as empresas de Zampieri fizeram pagamentos à servidora do gabinete do desembargador João Ferreira. O desembargador, que está afastado das funções, não foi encontrado para comentar o caso.

O desembargador Sebastião de Moraes Filho também é suspeito de fazer parte do esquema

e foi afastado de suas funções no TJ-MT. Ele e João Ferreira estão sendo monitorados por tornozeleira eletrônica e tiveram os passaportes apreendidos, além de bloqueio de bens e valores.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso informou, por meio de nota, que está ciente do caso e que se colocou à disposição das autoridades para o fornecimento de informações necessárias ao andamento das investigações.

## Denúncia contra Cunha

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu, ontem, a competência da Corte para processar e julgar uma denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal contra o ex-deputado Eduardo Cunha. O magistrado manteve válidos todos os atos processuais proferidos pela 10ª Vara Federal do Distrito Federal, incluindo o recebimento da denúncia.

Com a decisão, Eduardo Cunha seguirá réu e responderá pela prática de corrupção. No processo, um grupo de parlamentares teria trabalhado na elaboração de requerimentos no âmbito da Câmara para constranger empresários da Construtora Schahin a pagar vantagens indevidas.

As investigações apontam que o grupo teria atuado a mando de Cunha. No despacho, Gilmar Mendes destaca que o STF formou maioria para alterar o entendimento sobre os limites do foro privilegiado e por isso a nova tese já deveria ser aplicada ao caso do ex-parlamentar.

Como regra de transição, a tese estabelece que devem ser mantidos todos os atos processuais, incluindo o recebimento da denúncia. Por esse motivo, a denúncia contra Eduardo Cunha segue mantida e será remetida ao Supremo.

“Essa regra de transição, tal como o próprio mérito da questão de ordem, foi avalizada pela maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal, razão pela qual deve balizar a aplicação do precedente ao caso concreto”, afirmou o decano, na decisão.

Gilmar Mendes, que foi o relator do caso, relembrou que a prerrogativa de foro busca garantir a estabilidade das instituições democráticas e preservar o funcionamento do Estado, evitando represálias ao agente público em razão de sua atuação.

“Garantir a esses agentes a prerrogativa de serem julgados por juízes experientes, no Tribunal escolhido pelo legislador, mesmo após a aposentadoria ou fim do mandato, parece ser a melhor maneira de preservar a liberdade de ação no desempenho das suas funções”, afirmou. (RS)



**Essa regra de transição, tal como o próprio mérito da questão de ordem, foi avalizada pela maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal, razão pela qual deve balizar a aplicação do precedente ao caso concreto**

**Gilmar Mendes,**  
ministro do STF

## Moraes concede liberdade condicional a Daniel Silveira

Ed Alves/CB/DA.PRESS



Ex-deputado foi condenado a mais de oito anos de prisão. Ele deverá usar tornozeleira eletrônica

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, a soltura do ex-deputado federal Daniel Silveira. O ex-parlamentar foi condenado pela Corte a oito anos e nove meses de prisão por estimular atos antidemocráticos, ameaçar as instituições e fazer apologia à ditadura militar. A decisão atende pedido dos advogados do bolsonarista — que alegaram bom comportamento na cadeia.

Ao conceder a liberdade, Moraes ordenou que Daniel Silveira passe a usar tornozeleira eletrônica, além de estabelecer a proibição de frequência e participação em cerimônias, festas ou homenagens realizadas em unidades militares das Forças Armadas ou das Polícias Federal, Rodoviária Federal, Militar, Civil, Penal, Legislativa e Judicial ou de Guardas Civis.

O ex-deputado também não poderá portar arma de fogo ou frequentar clubes e academias de tiro esportivo. Segundo os advogados, Daniel Silveira manteve bom comportamento na prisão, também atuando de maneira

adequada nas atividades laborais que lhe foram designadas dentro da cadeia.

O bolsonarista também não

poderá deixar a cidade em que mora e deve comparecer periodicamente para se apresentar na Vara de Execuções Penais.

Silveira deve encontrar um trabalho dentro de 15 dias. Caso não comprove estar empregado, pode voltar para a cadeia.

## ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

### Homem é preso após quebrar tornozeleira

A Polícia Federal prendeu, ontem, o radialista Roque Saldanha, em Colatina (ES), envolvido nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Ele teve a prisão decretada em novembro

pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Em vídeo publicado nas redes sociais, o bolsonarista aparece destruindo a sua tornozeleira eletrônica e

xingando o Judiciário.

O Supremo informou que ele passará por exames de corpo de delito e depois será levado para o sistema prisional. Roque Saldanha ficou preso por 10 dias no ano passado, acusado de incitar atos antidemocráticos com o objetivo de atacar os Três Poderes. Ele postou um vídeo na internet em que mostrava a tornozeleira eletrônica quebrada e também provocou

Moraes dizendo que o ministro “não é homem”.

Saldanha disse na gravação que tirou a tornozeleira porque estava “cozinhando sua perna”. “Minha perna toda comida, tem fotos e tem vídeos”, afirmou.

O radialista foi preso pela primeira vez no ano passado, no âmbito da Operação Lesa Pátria, acusado de usar as redes sociais para incentivar atos violentos e atentatórios ao Estado

Democrático e aos ministros do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ele havia sido solto em 24 de janeiro do ano passado, mas com tornozeleira eletrônica. Além de quebrar o equipamento, Saldanha teria saído do perímetro de restrição imposto pelo STF e deixado a tornozeleira descarregar.

De acordo com a nova ordem de prisão contra o radialista, só neste ano, ele violou o monitoramento

eletrônico mais de 50 vezes, e havia sido alertado que poderia ser preso novamente se os descumprimentos continuassem. O processo tramita em segredo de Justiça.

Nascido em Carlos Chagas (MG), Roque Saldanha foi candidato a deputado federal pelo PSC por Minas Gerais nas eleições de 2022. Porém, não obteve votos suficientes para vencer o pleito e conquistar uma vaga no parlamento. (RS)